



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA O PROVIMENTO DE
CARGOS DA CARREIRA DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO – TAE

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Não abra o caderno de questões até que a autorização seja dada pelos Aplicadores;
2. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Aplicadores de prova;
3. Nesta prova, as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma, sempre na sequência A, B, C, D, E, das quais somente uma é correta;
4. As respostas deverão ser repassadas ao cartão-resposta utilizando caneta na cor preta dentro do prazo estabelecido para realização da prova, previsto em Edital;
5. Observe a forma correta de preenchimento do cartão-resposta, pois apenas ele será levado em consideração na correção;
6. Não haverá substituição do cartão resposta por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato;
7. A marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão levará a anulação da mesma;
8. Não são permitidos consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos;
9. Ao concluir as provas, permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador de Prova. Aguarde a autorização para devolver o cartão resposta e o caderno de provas, devidamente assinado em local indicado;
10. O candidato não poderá sair da sala de aplicação antes que tenha se passado 3h00min do início da aplicação das provas;
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até o fechamento da ata e assinatura dos mesmo para fechamento da sala de aplicação;
12. O Candidato poderá destacar levar o rascunho do gabarito que está na última página desde caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Ofício Circular nº 66/2026/RE-PROGEP/Reitoria/IFMG

Belo Horizonte, 12 de março de 2026

Aos setores de Gestão de pessoas do IFMG

Assunto: **Comprovação das despesas do ressarcimento de assistência suplementar à saúde - 2025.**

Prezadas(os),

Com meu caro cumprimento, informamos acerca do tema de Ressarcimento de Saúde Suplementar, previsto no artigo 230 da Lei 8112/1990 e normatizado pelas Instruções Normativas 496/2025.

Assim, o servidor que recebeu o auxílio por meio de rubrica própria em seu contracheque, totalizando o valor como titular e seus (suas) dependentes, deverá, impreterivelmente, até o dia 30 de maio de 2026, realizar o envio da documentação comprobatória necessária para a manutenção do auxílio, por processo SEI - Pessoal: Comprovação de Quitação de Plano de Saúde, conforme orientações do documento Comprovação de despesas com plano de saúde particular - 2025.

Sendo o que nos cabe, seguimos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por José Silva, Coordenador de Gestão de Cadastro e Pagamento de Pessoas, em 18/03/2026

1) De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República*, o ofício

- (A) poderia apresentar o vocativo “caro(as)” em substituição a “prezado(as)”.
- (B) poderia conter inúmeros fechos, estando, portanto, adequado.
- (C) deveria apresentar como fecho o termo “atenciosamente”.
- (D) poderia apresentar o fecho “cordialmente”.
- (E) não apresenta inadequações quanto ao uso do vocativo ou fecho.

2) "**Com meu caro cumprimento**, informamos acerca do tema de Ressarcimento de Saúde Suplementar, previsto no artigo 230 da Lei 8112/1990 e normatizado pelas Instruções Normativas 496/2025".

O trecho em destaque aponta inconsistência principalmente quanto ao seguinte(s) atributo(s) da redação oficial

- (A) impessoalidade.
- (B) coesão e coerência.
- (C) clareza e cordialidade.
- (D) uso da norma padrão da língua portuguesa.
- (E) efetividade.

3) "**Assim**, o servidor que recebeu o auxílio por meio de rubrica própria em seu contracheque (...)".

O termo em destaque expressa a ideia de

- (A) adição.
- (B) conclusão.
- (C) adversidade.
- (D) concessão.
- (E) finalidade.

AGRICULTOR TENTA FURAR POÇO E PODE TER DESCOBERTO PETRÓLEO NO CEARÁ...



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-agricultor-e-petrolea/> Acesso em: 18 mar. 2026.

- 4) Na charge, os recursos verbais e não verbais constroem um argumento que objetiva
- (A) mostrar de maneira bem humorada o espanto de um agricultor fictício ao encontrar um líquido escuro em suas terras.
 - (B) apontar a dúvida do agricultor quanto ao líquido escuro encontrado ao tentar furar um poço em busca de água.
 - (C) demonstrar a felicidade do personagem mais jovem de poder lucrar ao receber ligação dos Estados Unidos.
 - (D) apresentar uma crítica velada à intervenção dos EUA ao capturar Nicolás Maduro.
 - (E) construir uma crítica à justificativa de intervenção dos EUA em áreas que contêm petróleo.
-
- 5) Quanto à charge em questão, é correto afirmar que
- (A) não ocorre personificação na fala do personagem mais jovem.
 - (B) há ironia na atitude apresentada pelo primeiro personagem.
 - (C) ocorre antítese: quanto ao semblante dos dois personagens.
 - (D) há presença de metonímia no emprego do termo “liberdade”.
 - (E) a concordância verbal “em “Os Estados Unidos ligaram” não está de acordo com a gramática tradicional.
-

"DIETA PLANETÁRIA" FAZ BEM À SAÚDE, MOSTRA ESTUDO

Ela limita o consumo de carne, cuja produção alimenta o aquecimento global.

ESSA DIETA, que é conhecida pela sigla PHD (*Planetary Health Diet*) e foi proposta em 2019 por um grupo de cientistas de 16 países, dá preferência a grãos integrais, verduras, legumes e nozes, e limita a quantidade de proteína animal. Ela propõe que a pessoa coma pelo menos 125 gramas de feijão, lentilha, ervilha ou outros legumes por dia - e não ultrapasse 98 g de carne vermelha, 203 g de frango e 196 g de peixe por semana. A ideia é reduzir o consumo de carne, e com isso sua produção, que é danosa ao meio ambiente, pois a pecuária emite grande quantidade de gases causadores do efeito estufa. Com isso, a dieta planetária ajuda a conter o aquecimento global. E, como mostrou um novo estudo, também é boa para o organismo. Cientistas avaliaram os dados de saúde de 168 mil pessoas nos EUA e no Reino Unido e constataram o seguinte: quanto mais próxima da PHD é a dieta de uma pessoa, maior sua longevidade, e menor o risco de câncer e outras doenças.

GARATONNI, Bruno. "Dieta planetária" faz bem à saúde, mostra estudo. Superinteressante. Editora Abril, São Paulo, v. 480, ano 39, n. 10, p. 65, outubro de 2025.

6) Considerando a organização das informações e os recursos linguísticos empregados, o principal objetivo do texto é

- (A) prescrever hábitos alimentares sem grandes quantidades de carne com base em recomendações científicas.
- (B) defender, de forma opinativa, a redução do consumo de carne na sociedade contemporânea.
- (C) divulgar resultados de pesquisa científica, articulando benefícios para a saúde humana e para o meio ambiente.
- (D) instruir o leitor a seguir uma dieta com menor consumo de carne por meio de comandos diretos e normativos.
- (E) problematizar os impactos ambientais da pecuária, estabelecendo relação com a saúde individual e ambiental.

7) No trecho: "quanto mais próxima da PHD é a dieta de uma pessoa, maior sua longevidade", a estrutura estabelece entre as orações uma relação de

- (A) proporção.
- (B) comparação.
- (C) causa direta.
- (D) consequência.
- (E) condição.

8) Considere o trecho do texto: "A ideia é reduzir o consumo de carne, e com isso sua produção, que é danosa ao meio ambiente, pois a pecuária emite grande quantidade de gases causadores do efeito estufa."

Ao observar o trecho destacado, pode-se afirmar que

- (A) as vírgulas que isolam a oração indicam que ela restringe o sentido de "produção", especificando apenas um tipo de produção prejudicial.
- (B) a retirada das vírgulas manteria o sentido original do texto, pois a informação introduzida pela oração é indispensável.
- (C) a oração apresenta valor explicativo, acrescentando uma informação adicional sobre "produção", identificada no contexto.
- (D) o uso das vírgulas é facultativo, pois não interfere na classificação sintática da oração nem no sentido do período.
- (E) a oração poderia ser substituída por uma coordenada explicativa, sem alteração de sentido e de estrutura sintática.

COMO USAR A IA NO SERVIÇO PÚBLICO



DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS

Evite inserir dados pessoais, sensíveis ou identificáveis. Utilize exemplos fictícios ou informações públicas e anonimizadas.

9)



INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Não utilize a IA para tratar informações estratégicas, sigilosas ou protegidas por lei. O uso inadequado pode comprometer a atuação institucional do órgão.



Saiba mais: acesse a Cartilha de IA Generativa e outras iniciativas no portal do Amplia no gov.br.



Na organização discursiva do texto apresentado, predomina a tipologia

- (A) narrativa, pois há uma sequência de ações relacionadas ao uso da inteligência artificial em contexto institucional.
- (B) descritiva, já que o texto caracteriza elementos e situações relacionadas ao uso de dados e informações sigilosas.
- (C) expositiva, visto que o texto apresenta conceitos e definições sobre inteligência artificial de forma objetiva.
- (D) injuntiva, visto que o texto orienta o comportamento do leitor por meio de instruções e recomendações diretas.
- (E) argumentativa, pois há o intuito de convencer o leitor sobre a importância do uso ético da inteligência artificial.

10) TEXTO I Teresinha de Jesus Terezinha de Jesus De uma queda foi ao chão Acudiram três cavaleiros Todos os três chapéus na mão O primeiro foi seu pai O segundo, seu irmão O terceiro foi aquele Que a Teresa deu a mão[...] Cantigas populares. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/cantigas-populares/984009/>. Acesso em 21 de março 2026.

TEXTO II Teresinha O primeiro me chegou Como quem vem do florista Trouxe um bicho de pelúcia Trouxe um broche de ametista Me contou suas viagens E as vantagens que ele tinha Me mostrou o seu relógio Me chamava de rainha Me encontrou tão desarmada Que tocou meu coração Mas não me negava nada E, assustada, eu disse "não"

O segundo me chegou Como quem chega do bar Trouxe um litro de aguardente Tão amarga de tragar Indagou o meu passado E cheirou minha comida Vasculhou minha gaveta Me chamava de perdida Me encontrou tão desarmada Que arranhou meu coração Mas não me entregava nada E, assustada, eu disse "não"

O terceiro me chegou Como quem chega do nada Ele não me trouxe nada Também nada perguntou Mal sei como ele se chama Mas entendo o que ele quer Se deitou na minha cama E me chama de mulher Foi chegando sorrateiro E antes que eu dissesse não Se instalou feito um posseiro Dentro do meu coração HOLANDA, Chico Buarque de. 1999. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45180/>. Acesso em 21 de março 2026.

A cantiga “Terezinha de Jesus”, de tradição popular, e a canção “Teresinha”, de Chico Buarque (1999), apresentam elementos em comum em sua construção. Nessa relação, a intertextualidade se estabelece por meio

- (A) da resignificação da estrutura tradicional, ao deslocar a personagem feminina para uma posição ativa na escolha afetiva.
- (B) da retomada da narrativa tradicional, mantendo a centralidade da ação masculina e a posição passiva da personagem feminina.
- (C) da atualização do enredo popular, preservando sua estrutura básica, mas sem promover alterações relevantes na construção de sentidos.
- (D) da valorização dos elementos musicais da cantiga, com foco na repetição estrutural e na manutenção do padrão narrativo original.
- (E) da ruptura com a tradição popular, ao eliminar referências estruturais e temáticas reconhecíveis da cantiga.

LEGISLAÇÃO

11) De acordo com a Constituição Federal de 1988, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante:

- (A) processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- (B) processo de compras simplificado assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, não sendo necessárias cláusulas estabelecendo prazos de execução, obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- (C) processo de licitação pública que assegure privilégio a alguns concorrentes que sejam reconhecidos no mercado, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento e execução, mantidas as diretrizes estabelecidas em edital específico.
- (D) processo de compras simplificado asseguradas condições estabelecidas em edital a todos os concorrentes, sendo facultada cláusulas estabelecendo prazos de execução, obrigações de pagamento, sem que haja exigências de qualificação técnica e econômica, bem como garantia do cumprimento das obrigações.
- (E) processo de compras simplificado não asseguradas condições estabelecidas em edital a todos os concorrentes, sendo garantidas cláusulas estabelecendo prazos de execução, obrigações de pagamento, definidos em lei, dispensadas exigências de qualificação técnica e econômica, sendo facultada o cumprimento das obrigações.

12) No que se refere à Administração Pública, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, o prazo de validade de um concurso público será de:

- (A) até um ano, prorrogável duas vezes por igual período.
 - (B) até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (C) até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
 - (D) até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (E) até quatro anos não prorrogável.
-

13) Conforme Lei 11.091/2005, as Instituições Federais de Ensino deverão avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis, EXCETO:

- (A) demandas institucionais.
 - (B) proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários.
 - (C) inovações tecnológicas.
 - (D) modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) necessidades do mercado.
-

14) Considerando a Lei nº 11.892/2008, quanto às finalidades e às características dos Institutos Federais, analise as assertivas abaixo e assinale a INCORRETA:

- (A) Os Institutos Federais devem ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
 - (B) Cabe aos Institutos Federais a promoção do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
 - (C) Os Institutos Federais devem promover a integração e a horizontalização da educação básica, da educação profissional e da educação superior, fortalecendo o uso da infra-estrutura física, dos quadros de pessoal e dos recursos de gestão.
 - (D) Cabe aos Institutos Federais orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.
 - (E) Os Institutos Federais devem realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
-

15) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, prevê que a educação será dever da família e do Estado, sendo inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, EXCETO:

- (A) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
 - (B) singularidade de ideias e de concepções pedagógicas.
 - (C) respeito à liberdade e apreço à tolerância.
 - (D) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
 - (E) gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
-

16) Em relação à Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é INCORRETO afirmar que são requisitos básicos para investidura em cargo público:

- (A) o gozo dos direitos políticos.
 - (B) aptidão física e mental.
 - (C) a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
 - (D) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
 - (E) a idade mínima de vinte e um anos.
-

17) De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021), entre as inovações implementadas encontra-se a inclusão de uma nova modalidade, conhecida por:

- (A) Diálogo competitivo.

- (B) Pregão eletrônico.
- (C) Concorrência.
- (D) Tomada de preço.
- (E) Convite.

18) Nos termos da Lei n. 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes, EXCETO:

- (A) Direito de ser respeitado por seus educadores.
- (B) Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, não lhes sendo garantidas vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- (C) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- (D) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- (E) Direito de organização e participação em entidades estudantis.

19) Preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, são sanções aplicáveis aos agentes públicos praticantes de ato de improbidade administrativa, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível, SALVO:

- (A) A suspensão dos direitos políticos.
- (B) A perda da função pública.
- (C) O ressarcimento ao erário.
- (D) A prisão civil.
- (E) A indisponibilidade dos bens.

20) De acordo com a Lei nº 11.091/2005, que dispõe acerca da estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis, à EXCEÇÃO de:

- (A) Proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários.
- (B) Demandas institucionais.
- (C) A demanda apresentada pela comunidade escolar.
- (D) Inovações tecnológicas.
- (E) Modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) O PPA 2024-2027 trouxe uma inovação na definição de Agendas Transversais e Multissetoriais a serem trabalhadas integralmente entre diferentes órgãos gestores das políticas públicas. Quais foram essas agendas transversais?

- (A) Crianças e adolescentes; Mulheres; Idosos; Igualdade racial; Povos indígenas; Segurança pública e Ambiental.
- (B) Crianças e adolescentes; Mulheres; Idosos; Igualdade racial; Povos indígenas e Ambiental.
- (C) Crianças e adolescentes; Mulheres; Igualdade racial; Povos indígenas, Segurança pública e Ambiental.
- (D) Crianças e adolescentes; Mulheres; Igualdade racial; Povos indígenas e Ambiental.
- (E) Crianças e adolescentes; Mulheres; Idosos; Povos indígenas e Ambiental.

22) No que se refere aos créditos adicionais extraordinários previstos na Lei 4.320/1964, assinale a alternativa que descreve **corretamente** suas características e ritos de abertura:

- (A) São destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- (B) São destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra ou calamidade pública. Serão abertos por decreto do Poder Executivo, sem necessidade de conhecimento ao Poder Legislativo.

(C) São destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública . Serão abertos por decreto do Poder Executivo, com conhecimento ao Poder Legislativo no prazo de 48 (quarenta e oito horas), com prorrogação justificada por igual período.

(D) São destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Serão abertos por decreto do Poder Executivo, com imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

(E) São destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública . Serão abertos por decreto do Poder Executivo, com conhecimento ao Poder Legislativo no prazo de 03 (três) dias úteis, sem prorrogação.

23) Com relação às etapas da receita orçamentária e suas definições legais, assinale a alternativa **correta**:

(A) O princípio da unidade de tesouraria, previsto na Lei nº 4.320/1964, deve ser observado na etapa de recolhimento, vedando-se qualquer fragmentação para a criação de caixas especiais.

(B) A ordem sistemática das etapas da receita é imutável e obrigatória para todos os tipos de receitas orçamentárias, iniciando-se sempre com a previsão e encerrando-se com o recolhimento.

(C) Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a etapa de previsão deve considerar exclusivamente o crescimento econômico esperado, dispensando a análise da evolução da arrecadação de anos anteriores.

(D) De acordo com o Manual Técnico de Orçamento 2025, as etapas da receita são divididas entre planejamento e execução, sendo que o lançamento integra a fase de planejamento.

(E) O recolhimento é a etapa em que os contribuintes ou devedores entregam os recursos devidos ao Tesouro Nacional por meio de instituições financeiras autorizadas.

24) Com base nas disposições da Lei 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa **correta**:

(A) Na contagem dos prazos, deve-se incluir o dia do começo e excluir o dia do vencimento, independentemente de serem dias úteis ou corridos.

(B) Para fins de habilitação econômico-financeira, é expressamente vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

(C) A Administração pode exigir, em qualquer tipo de licitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação.

(D) A Administração Pública compreende apenas a administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios, excluindo-se as fundações mantidas pelo poder público.

(E) O Poder Executivo Federal atualizará anualmente os valores fixados na Lei com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

25) Analise cada uma das afirmações relacionadas com base no Decreto nº 11.069/2022, que regulamenta a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), e indique se Verdadeira (V) ou Falsa (F)

() A retribuição pecuniária anual paga ao servidor não poderá ultrapassar, em qualquer hipótese, o equivalente a 120 horas de trabalho.

() A GECC será paga ao servidor por hora trabalhada, considerando a natureza e a complexidade da atividade a ser desenvolvida.

() As horas trabalhadas em atividades de GECC durante a jornada de trabalho devem ser compensadas no prazo máximo de seis meses, contado do término da prestação do serviço.

Quais são, respectivamente, as indicações corretas?

(A) V – V – V

(B) V – V – F

(C) F – V – V

(D) F – F – V

(E) F – V – F

26) Analise as seguintes afirmações relacionadas com a Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação prevista na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 para os casos de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

I - abrange o provisionamento do 13º (décimo terceiro) salário;

II - abrange o provisionamento de férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;

III – abrange o provisionamento encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

IV - abrange o provisionamento da multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
 - (B) Apenas I e II
 - (C) Apenas I, II e III
 - (D) Apenas I, II e IV
 - (E) I, II, III e IV
-

27) Segundo o Manual de Contabilidade do Setor Público, as características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Quais são elas?

- (A) Relevância, objetividade, clareza, tempestividade, comparabilidade, fidedignidade e transparência.
 - (B) Confiabilidade, representação fidedigna, compreensibilidade, utilidade, anualidade, comparabilidade e verificabilidade.
 - (C) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
 - (D) Relevância, representação fidedigna, legalidade, tempestividade, uniformidade e verificabilidade.
 - (E) Utilidade, representação fidedigna, compreensibilidade, relevância, comparabilidade e transparência.
-

28) Com base nas informações sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa **correta**:

- (A) O PCASP funciona exclusivamente como uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais, sem relação com a adoção de normas internacionais de contabilidade.
- (B) O reconhecimento das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD) pelo regime de competência deve ocorrer apenas quando houver dependência da execução orçamentária.
- (C) Uma das inovações do PCASP é a segregação das informações nas naturezas orçamentária, patrimonial e de controle, garantindo que registros orçamentários não influenciem ou alterem os patrimoniais e vice-versa.
- (D) O regime de competência no setor público aplica-se somente aos fatos que aumentam o patrimônio líquido, excluindo as transações que o diminuem.
- (E) O PCASP limita-se ao registro de procedimentos contábeis gerais, desconsiderando métodos de mensuração após o reconhecimento, como a depreciação e a redução ao valor recuperável (*impairment*).

29) De acordo com o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a depreciação pelo método da soma dos dígitos é o mais adequado para itens como, por exemplo, veículos, que costumam ter uma depreciação maior nos primeiros anos de uso. Aplicando o referido método para um veículo adquirido pelo IFMG em 01/12/2024 para sua atividade fim, pelo valor bruto contábil de R\$ 150.000,00 e disponível para uso em 01/01/2025, com valor residual de 20% e vida útil de 5 anos, qual seria o valor líquido contábil ao final do terceiro ano após sua depreciação acumulada:

- (A) R\$ 54.000,00
 - (B) R\$ 60.000,00
 - (C) R\$ 78.000,00
 - (D) R\$ 85.000,00
 - (E) R\$ 90.000,00
-

30) Com relação aos Tributos, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) De acordo com o Código Tributário Nacional, é permitida a dação de pagamento em imóveis para a extinção de crédito tributário.
 - (B) A alteração das alíquotas dos Tributos só podem ser majorados por Lei ou Medida Provisória, sem nenhuma exceção.
 - (C) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória.
 - (D) Tributo é uma receita derivada, cobrada pelo Estado, no uso de seu poder de império.
 - (E) Quanto as hipóteses de incidência, os tributos podem ser vinculados, como por exemplo as contribuições de melhoria.
-

Examine o modelo de nota fiscal a seguir e responda às perguntas de 31 a 34.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINEIRIDADE
SECRETARIA DA FAZENDA
Nota Fiscal de Serviços Eletrônicos - NFS-e Prestador

DADOS DA NFS-e

Data de Emissão NFS-e: 20/03/2026

Competência NFS-e: 03/2026

Código de Verificação: BB244AC

Número da NFS-e: 999

EMITENTE DA NFS-e

CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-00

Inscrição Municipal: B24AC

Nome/Razão Social: COMERCIAL MG LICITA TUDO OU NADA

Endereço: RUA DA CONCURSEIRA, 100 Município / País: MINEIRIDADE/MG BRASIL

UF: MG CEP: 00001-001 Telefone: (99) 9999-9999

TOMADOR DO SERVIÇO

CPF/CNPJ: 80146410000184

Nome: INSTITUIÇÃO FEDERAL

Endereço: RUA DOS APROVADOS, 100 Município/País: MINEIRIDADE/BRASIL

UF: MG CEP: 00002-002 Telefone: (01) 1111-1111

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reparação predial, conforme contrato: 99/2025.

Período de Referência: fevereiro/2026.

Valor bruto: R\$ 80.000,00 **Código de Tributação Nacional: 7.05** – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres.

TRIBUTAÇÃO FEDERAL:

IRRF: R\$ 3.840,00 - INSS: R\$ 8.800,00 - CSLL: R\$ 3.720,00 - PIS: R\$ 520,00 - COFINS: R\$ 2.400,00

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL:

Situação do ISS: Operação tributável **Município de Incidência:** Mineiridade - MG **Valor do serviço:** R\$ 80.000,00

Base de cálculo do ISS: R\$ 80.000,00

Alíquota: 5%

Retido pelo tomar: Sim

ISS retido: R\$ 4.000,00

VALORES DA NOTA FISCAL:

Valor do serviço: R\$ 80.000

Total de retenções federais: R\$ 19.280,00

Total de retenções municipais: R\$ 4.000,00

Valor líquido da NFS-e: R\$ 56.720,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Nota de emprego: 2025NE901901 Dados bancários: Banco: 444 Agência: 0000 Conta corrente: 0000000-1

31) De acordo com as informações apresentadas na nota fiscal 999 e com base na Lei Complementar 116/2003, é **correto** afirmar que:

- (A) O Prestador de serviços pode indicar o valor da retenção do ISS na nota fiscal, ou optar por recolhê-lo por conta própria, caso considere mais conveniente.
- (B) Em hipótese alguma haverá abatimento de valores da base de cálculo do ISS no fornecimento de materiais.
- (C) É possível o abatimento de valores da base de cálculo do ISS no fornecimento de materiais quando a alíquota for superior a 3%.
- (D) Se o domicílio do prestador de serviços for diferente do tomador, não haverá retenção de ISS na fonte, em nenhuma hipótese.

(E) A Lei Complementar 116/2003, de caráter federal, regula as normas o ISS. Entretanto não estabelece uma data de vencimento do imposto, ficando essa decisão a critério de cada município.

32) No que concerne ao empenho 2025NE901901, apontado nas informações complementares para pagamento da nota fiscal 999, é correto afirmar que:

- (A) O empenho 2025NE901901 foi inscrito em restos a pagar não processados no fim do exercício financeiro de 2025.
 - (B) O empenho 2025NE901901 foi inscrito em restos a pagar não processados antes de 27/02/2026, data da emissão da nota fiscal 999.
 - (C) O empenho 2025NE901901 foi inscrito em restos a pagar processado no fim do exercício financeiro de 2025.
 - (D) O empenho 2025NE901901 foi inscrito em restos a pagar processados antes de 27/02/2026, data da emissão da nota fiscal 999.
 - (E) Considerando a realização da liquidação da despesa da nota fiscal 999, o valor do empenho 2025NE901901 inscrito em restos a pagar foi de, no mínimo, R\$ 56.720,00, o valor líquido da nota fiscal.
-

33) De acordo com as informações apresentadas na nota fiscal 999 e com base na Legislação sobre retenção na fonte pelos entes públicos federais, é **incorreto** afirmar que:

- (A) A Instituição Federal fica obrigada a realizar a retenção na fonte de todos os tributos apontados na nota fiscal.
 - (B) A Instituição Federal fica obrigada a realizar a retenção na fonte dos tributos federais IRRF, PIS, COFINS e CSLL, com base na Instrução Normativa 1234/2012.
 - (C) Com base na IN 1234/2012, o recolhimento do IRRF, PIS, COFINS e CSLL deverá ser feito até o dia 20 do mês subsequente ao pagamento da nota fiscal.
 - (D) O recolhimento do IRRF, PIS, COFINS, CSLL deverá ser feito até o dia 20 do **mês subsequente ao pagamento** da nota fiscal e o recolhimento do INSS deverá ser feito até o dia 20 do **mês subsequente à emissão** da nota fiscal.
 - (E) O valor dos impostos federais retidos com base na Instrução Normativa 1234/2012 totaliza R\$ 19.280,00 e o recolhimento deverá ser feito até o dia 20 do mês subsequente ao pagamento da nota fiscal.
-

34) Considere algumas informações da dotação orçamentária da nota de empenho 2025NE901901 a seguir:

Plano de Trabalho: 231470

Fonte: 1000000000

Natureza de Despesa 339039-16

Considere que o contrato 99/2025, com a empresa “Comercial MG Licita Tudo ou Nada”, prevê a aquisição de materiais ou equipamentos para substituição ou melhorias. A Empresa aponta a necessidade de compra de peças para substituição. Ao aprovar a compra dos materiais, o fiscal do contrato:

- (A) Pode indicar a nota de empenho 2025NE901901 como garantia de pagamento, pois o contrato prevê a compra de materiais.
 - (B) Não pode indicar a nota de empenho 2025NE901901 como garantia de pagamento, pois é necessário apontar um empenho do exercício financeiro vigente.
 - (C) Pode indicar a nota de empenho 2025NE901901 como garantia de pagamento, pois a dotação orçamentária de material é a mesma da prestação de serviços.
 - (D) Não pode indicar a nota de empenho 2025NE901901 como garantia de pagamento, pois material é classificado em outra natureza de despesa, sendo necessário apontar outra nota de empenho na classificação orçamentária adequada.
 - (E) Não pode indicar a nota de empenho 2025NE901901 como garantia de pagamento, pois o material deve ser classificado em outra fonte de recursos.
-

35) Uma forte chuva com raios atingiu uma unidade de uma Instituição Federal de Ensino, queimando diversas lâmpadas na área externa do campus e necessitando reparos urgentes. O diretor da unidade buscou resolver o problema, solicitando uma empresa da região que fizesse os reparos. Qual a forma de pagamento mais adequada para esse tipo de despesa emergencial?

- (A) O Diretor deve efetuar o pagamento com recursos próprios e solicitar o ressarcimento da despesa ao Órgão.
 - (B) O Órgão deve realizar o pagamento com o cartão de Suprimento de Fundos.
 - (C) O Órgão deve realizar uma dispensa de licitação emergencial retroativa à prestação do serviço.
 - (D) O Órgão deve realizar uma inexigibilidade de licitação.
 - (E) O Órgão, excepcionalmente, deve utilizar o empenho da empresa fornecedora de energia.
-

36) Um empenho inscrito em restos a pagar processado refere-se a uma despesa:

- (A) Liquidada, porém não paga até 31/12;
 - (B) Não liquidada até 31/12;
 - (C) Liquidada após o encerramento do exercício em que foi feito o empenho;
 - (D) Liquidada e paga no ano em que foi empenhado;
 - (E) Sem suporte orçamentário;
-

37) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como objetivo estabelecer as diretrizes, metas e prioridades para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Deve fazer parte das disposições da LDO:

- (A) O equilíbrio entre as receitas e as despesas;
 - (B) A estimativa das despesas financeiras e das despesas primárias obrigatórias e discricionárias;
 - (C) A reserva de contingência;
 - (D) As despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual;
 - (E) As estimativas da receita para o exercício corrente e dos dois seguintes.
-

38) A Lei complementar 101/2000 – Lei de responsabilidade Fiscal traz um capítulo referente à dívida e ao endividamento na Administração Pública. Sob à luz da Lei Complementar 101/2000, considera-se a dívida pública consolidada ou fundada aquela que:

- (A) É assumida em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;
 - (B) É advinda de títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;
 - (C) É assumida pelo ente público com prazo de vencimento dentro do exercício corrente;
 - (D) Concede garantia de obrigação contratual assumida pelo ente;
 - (E) Refere-se à aquisição de bens permanentes pelos entes públicos.
-

39) O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é o sistema responsável por realizar o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal. Ao realizar a transação GERCOMP para o pagamento de uma nota fiscal, pelo operador do SIAFI, é gerado um documento, chamado:

- (A) OP – Ordem de pagamento, que necessita de assinatura do ordenador de despesas e do gestor financeiro para gerar a ordem bancária e o efetivo crédito na conta do fornecedor;
 - (B) OB – Ordem Bancária, gerada automaticamente após o comando de pagamento pelo operador;
 - (C) OP – Ordem de Pagamento, que necessita de assinatura apenas do ordenador de despesas para sua efetivação;
 - (D) OBD – Ordem Bancária Direta, gerando depósito de valores em favor do fornecedor;
 - (E) OPIX – Ordem PIX, efetivando o pagamento via PIX ao fornecedor.
-

40) Uma empresa optante pelo Simples Nacional efetuou a entrega de materiais de expediente ao IFMG, tais como papel A4, canetas, tintas para impressoras, entre outros. A Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 dispõe sobre a retenção na fonte de tributos incidentes sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços aos Órgãos da Administração Pública Federal incluindo suas Autarquias. Diante das exigências previstas na IN 1234/2012 sobre a retenção de tributos, o fornecedor sofrerá a retenção na fonte dos seguintes tributos:

- (A) ICMS, PIS, COFINS e IPI;
 - (B) IR, PIS/PASEP, COFINS, CSLL;
 - (C) ICMS e IPI, apenas;
 - (D) Não sofrerá retenção por estar enquadrado no Simples Nacional;
 - (E) IR apenas.
-

41) Visando a padronização das notas fiscais pelos prestadores de serviços, em 01 de janeiro de 2026 a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) se tornou obrigatória no território nacional. Podemos enumerar como características da NFS-e, exceto:

- (A) Visa unificar padrões, substituindo regras específicas de cada município;
- (B) Está alinhada com a reforma tributária, visando modernizar o sistema fiscal brasileiro;
- (C) Sua adesão é voluntária, cabendo a cada município aderir ou não ao novo modelo;
- (D) É o documento padrão para a formalização de serviços, substituindo inclusive o Recibo de Profissional Autônomo (RPA);

(E) Após o período de adaptação, a sua não utilização poderá implicar em penalidades para o ente federativo que não aderir ao modelo.

42) Um prestador de serviço autônomo prestou serviços técnicos de consultoria para aplicação de processo seletivo do IFMG, recebendo como pagamento o valor de R\$ 7.000,00, pagos através de OB PIX logo após a apresentação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Diante da legislação tributária, o valor pago a este profissional está sujeita a retenção na fonte de qual (is) tributos?

- (A) Imposto de Renda - IRRF;
 - (B) Imposto sobre Serviços – ISS;
 - (C) Imposto de Renda - IRRF e Contribuição à Previdência Social - INSS;
 - (D) Imposto de Renda – IRRF, Contribuição à Previdência Social – INSS e Imposto sobre Serviços – ISS;
 - (E) Não haverá retenção por se tratar de um profissional autônomo.
-

43) Ao elaborar a folha de pagamentos do IFMG em dezembro de 2025, o contabilista responsável pelo recolhimento e pagamento da folha acabou cometendo um erro e recolheu um valor a maior à Receita Federal referente à Contribuição Patronal para a Previdência Social (INSS Patronal). Ao constatar o erro, o servidor procurou sua chefia imediata desesperadamente para informar o acontecido. Sua chefia o tranquilizou, dizendo que ele poderia solicitar a compensação ou até mesmo a restituição do valor. Os trâmites para efetuar essa solicitação podem ser realizados através de qual sistema/portal eletrônico?

- (A) GFIP/SEFIP;
 - (B) DIRF;
 - (C) Portal E-CAC, acessando o Menu PER/DCOMP;
 - (D) MIT – Módulo de inclusão de tributos;
 - (E) DCTFWEB.
-

44) As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial e do desempenho da entidade. Sua finalidade é proporcionar informação sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, auxiliando o maior número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos. Sobre o balanço Patrimonial, ele deve demonstrar:

- (A) As contas de compensação;
 - (B) O resultado patrimonial do exercício;
 - (C) a execução dos restos a pagar;
 - (D) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
 - (E) O confronto entre receitas e despesas.
-

45) De acordo com a Macrofunção 021121, da Secretaria do Tesouro Nacional, o regime de adiantamento, suprimento de fundos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas na lei e consiste na entrega de numerário ao servidor, em dotação própria, para o fim de realizar despesas excepcionais.

Em relação aos aspectos contábeis e orçamentários, analise as assertivas a seguir:

- I. A concessão de suprimento de fundos deverá respeitar os estágios da despesa orçamentária pública: liquidação e pagamento;
- II. A concessão de Suprimento de Fundos deverá ser classificada em função do objeto de gasto, respeitada a natureza de despesa, a qual será registrada, na liquidação, no subelemento 96 – Pagamento antecipado.
- III. Observando-se os estágios da despesa pública, na liquidação do suprimento de fundos, movimentado por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, será registrado saldo nas contas 2.1.8.9.1.36.09 (Saque-Cartão de Pagamento do Governo Federal) ou 2.1.8.9.1.36.10 (Fatura-Cartão de Pagamento do Governo Federal).

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas a alternativa I está correta.
 - (B) Apenas a alternativa II está correta.
 - (C) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
 - (D) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
 - (E) Todas as alternativas estão corretas.
-

46) De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (2025), os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a LOA. O Estado é mero depositário desses recursos, que são específicos e exigíveis.

A respeito desse tema, marque a alternativa **correta**:

- (A) As restituições de ingressos extraorçamentários estão sujeitas à autorização legislativa.
 - (B) Depósitos em Caução, Fianças e Operações de Crédito são classificados como ingressos extraorçamentários.
 - (C) Os ingressos extraorçamentários integram o orçamento público.
 - (D) As retenções previdenciárias não podem ser classificadas como receita extraorçamentária.
 - (E) O Balanço Financeiro não demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária.
-

47) Um determinado setor planejou valores para a contratação de serviços de fornecimento de alimentação para um evento de uma Instituição Federal, ocorrido em dezembro/2025. A solicitação foi encaminhada ao setor responsável pela realização dos procedimentos licitatórios.

Considere as seguintes situações hipotéticas na contratação do serviço:

I - A licitação não foi realizada, portanto, não houve emissão de nota de empenho. Ainda assim, o fornecedor prestou o serviço, autorizado pelo servidor solicitante;

II - A licitação foi realizada, em conformidade com os quantitativos e os valores planejados, pelo setor responsável e o serviço foi prestado. A empresa não enviou a nota fiscal e o responsável pelo evento não se atentou a esse fato. A nota de empenho foi anulada em 31/12/2025.

III - A licitação foi realizada em conformidade com os quantitativos e os valores planejados pelo setor responsável. No entanto, foi autorizada a entrega de quantitativos maiores que o planejado. Assim, o valor faturado foi maior que o empenhado.

Nas três situações, a nota fiscal foi emitida em janeiro /2026.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, marque a alternativa correta:

- (A) O registro patrimonial deve ser realizado como Despesa do Exercício Atual na situação II, mediante procedimento administrativo específico.
 - (B) Devido ao erro administrativo, o fornecedor só terá direito a receber pelo serviço prestado nas situações I e III, mesmo tendo prestado o serviço, mediante procedimento administrativo específico.
 - (C) A diferença entre o valor empenhado em 2025 e o serviço prestado, apontado na situação III, deve ser registrada como Despesa de Exercício Anterior (DEA), mediante procedimento administrativo específico.
 - (D) Não é necessário registrar o elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores) no orçamento do exercício corrente em nenhuma situação.
 - (E) Não cabe à autoridade competente reconhecer a obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores. Apenas realizar o procedimento administrativo específico.
-

48) O microempreendedor individual (MEI) possui um regime diferenciado de tributação, no qual os tributos são pagos de maneira unificada, por meio do Documento de Arrecadação Simplificada (DAS). Ao fornecer mercadorias ou serviços aos Órgãos Públicos, o MEI:

- (A) Não deverá sofrer qualquer retenção na fonte.
 - (B) Deverá sofrer retenção na fonte nos moldes das empresas convencionais.
 - (C) Deverá sofrer retenção na fonte nos moldes das empresas optantes pelo simples nacional: Empresa de Pequeno Porte.
 - (D) Deverá sofrer retenção na fonte prevista na Instrução Normativa 1234/2012: IRRF e CSLL.
 - (E) Deverá sofrer retenção na fonte apenas nos casos de incidência de Impostos Sobre Serviços exigíveis pelo Município
-

49) O reconhecimento dos ativos imobilizados ocorre no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes.

Analise as situações e em seguida marque a alternativa que indica em qual(is) dela(s) o registro deve ser classificado como bem imóvel:

I – Instalações prediais adicionais

II – Reposição de peças

III – Estudos e projetos de ampliação

IV – Aquisição de mobiliário adicional

V- Obras em andamento

- (A) Apenas na I e V
- (B) Apenas na I, III e V
- (C) Apenas na I, III IV e V

(D) Apenas na IV e V

(E) Apenas na I, IV e V

50) Considere a seguinte situação patrimonial de uma Instituição Federal de Ensino:

Em 16/02/2026 ocorreu a aquisição de mobiliário, no valor de R\$ 200.000,00. A coleta do equipamento e a liquidação da despesa ocorreu em 27/02/2026. O valor da retenção de impostos federais totalizou R\$ 11.700,00. O pagamento do valor líquido ao fornecedor foi em 13/03/2026.

Com base nas informações anteriores, é possível afirmar que:

(A) Em 27/02/2026 foi contabilizado um Débito de R\$ 200.000,00 na conta Caixa e Equivalentes de Caixa e um crédito de R\$ 200.000,00 na conta mobiliário.

(B) Em 27/02/2026 foi contabilizado um Débito de R\$ 200.000,00 na conta mobiliário, um Crédito de R\$ 188.300,00 na conta Fornecedores a Pagar e um crédito R\$ 11.700,00 na conta impostos pagos.

(C) Em 13/03/2026 foi contabilizado um Débito de R\$ 188.300,00 na conta Fornecedores a Pagar e um Crédito de R\$ 188.300,00 na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

(D) Em 13/03/2026 foi contabilizado um Débito de R\$ 188.300,00 na conta Fornecedores a Pagar e um crédito de R\$ 11.700,00 Impostos a pagar

(E) Em 13/03/2026 foi contabilizado um crédito de R\$ 188.300,00 na conta Fornecedores a Pagar e um débito R\$ 11.700,00 Impostos a pagar.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

ATENÇÃO ÀS REGRAS DE SAÍDA:

É terminantemente proibida a saída do candidato portando o Caderno de Questões, em qualquer momento da aplicação.
O candidato poderá levar apenas o Rascunho do Gabarito, só poderá deixar a sala 3 (três) horas após o início da prova.
O descumprimento desta norma implicará na exclusão imediata do candidato deste certame.

- | | | | | | |
|----|---------------------|----|---------------------|----|---------------------|
| 1 | (A) (B) (C) (D) (E) | 21 | (A) (B) (C) (D) (E) | 41 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 2 | (A) (B) (C) (D) (E) | 22 | (A) (B) (C) (D) (E) | 42 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 3 | (A) (B) (C) (D) (E) | 23 | (A) (B) (C) (D) (E) | 43 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 4 | (A) (B) (C) (D) (E) | 24 | (A) (B) (C) (D) (E) | 44 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 5 | (A) (B) (C) (D) (E) | 25 | (A) (B) (C) (D) (E) | 45 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 6 | (A) (B) (C) (D) (E) | 26 | (A) (B) (C) (D) (E) | 46 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 7 | (A) (B) (C) (D) (E) | 27 | (A) (B) (C) (D) (E) | 47 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 8 | (A) (B) (C) (D) (E) | 28 | (A) (B) (C) (D) (E) | 48 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 9 | (A) (B) (C) (D) (E) | 29 | (A) (B) (C) (D) (E) | 49 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 | (A) (B) (C) (D) (E) | 30 | (A) (B) (C) (D) (E) | 50 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 | (A) (B) (C) (D) (E) | 31 | (A) (B) (C) (D) (E) | 51 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 | (A) (B) (C) (D) (E) | 32 | (A) (B) (C) (D) (E) | 52 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 | (A) (B) (C) (D) (E) | 33 | (A) (B) (C) (D) (E) | 53 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 | (A) (B) (C) (D) (E) | 34 | (A) (B) (C) (D) (E) | 54 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 | (A) (B) (C) (D) (E) | 35 | (A) (B) (C) (D) (E) | 55 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 | (A) (B) (C) (D) (E) | 36 | (A) (B) (C) (D) (E) | 56 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 | (A) (B) (C) (D) (E) | 37 | (A) (B) (C) (D) (E) | 57 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 | (A) (B) (C) (D) (E) | 38 | (A) (B) (C) (D) (E) | 58 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 | (A) (B) (C) (D) (E) | 39 | (A) (B) (C) (D) (E) | 59 | (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 | (A) (B) (C) (D) (E) | 40 | (A) (B) (C) (D) (E) | 60 | (A) (B) (C) (D) (E) |